



**EDITAL PROPEG/PPGE N° 31/2025 -EXAME DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO AO
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

CHAVE DE CORREÇÃO

Questão 1

Com base no dossiê: O novo Plano Nacional de Educação: tensões e resistências. Analise criticamente os principais desafios enfrentados na formulação e implementação do novo PNE (2024–2034), destacando as tensões políticas, os embates em torno do financiamento público e as estratégias de resistência dos movimentos sociais e educacionais.

Referência:

DOURADO, Luis Fernandes; ARAÚJO, Wallisson Maurício de Pinho. O sistema Nacional e o Plano Nacional de Educação para a próxima década (2024-2034): desafios à luz das deliberações da Conae 2024. Revista Retratos da escola, Brasília, V.18, n.41,p.405-410, mai./ago. 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 24 nov 2025.

CHAVE DE CORREÇÃO:

- Proceder leitura crítica e contextualizada do dossiê organizado por;
- Contextualizar e caracterizar as esferas econômicas, políticas e ideológicas, predominantes na sociedade brasileira nas décadas analisadas pelo dossiê;
- Compreender e indicar as disputas políticas em torno da redução da meta de investimento público de 10% para 7,5% do PIB;
- Analisar e relacionar as implicações sociais e pedagógicas da possível ampliação da participação da iniciativa privada no financiamento da educação;
- Refletir e evidenciar o papel dos movimentos sociais e da CONAE na defesa de uma educação pública, democrática, gratuita, equitativa, laica, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada.

Abordar o PL 2614/2024 que atualmente encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, destacando sua importância como condutor da política educacional em nosso país para o decênio 2024-2034, mas considerando a demora de sua aprovação já passou para o decênio 2025-2035 e ainda não foi aprovado. O novo plano representa a tentativa de superar os limites do ciclo anterior que teve como condutor o PNE 2014-2024, aprovado por meio da lei 13.005/214, prorrogado pelo Presidente Lula até 31 de dezembro de 2025. Destacar que com esse novo plano decenal (2025-2035) tem-se uma tentativa de reconfigurar políticas públicas educacionais no Brasil com vistas a um novo ciclo de desenvolvimento educacional — mais estruturado, colaborativo e orientado por metas claras de qualidade, equidade e justiça social.

Situar o Plano Nacional de Educação — Lei 13.005/2024, suas metas e pontos de entraves/dificuldades no seu processo de implementação e avaliação, destacando estudos que revelam ser esse mais um plano que não foi cumprido;

Abordar o Novo Plano Nacional de Educação como uma política educacional pública de Estado e sua importância no despertar de um novo ciclo para o desenvolvimento educacional do nosso país, destacando os principais obstáculos que já se vislumbra à sua implementação, conflitos, disputas,



resistências dos movimentos sociais, num cenário em que o neoliberalismo ocupa espaço significativo.

Enfatizar o Novo Plano como uma política envolvida em espaços e relações de poder, situando o papel do Estado para seu cumprimento e os obstáculos impostos pelo projeto neoliberal que busca se impor;

Identificar os objetivos e estratégias que estão propostas no novo plano que incorpora saberes, demandas e desafios contemporâneos de toda a educação em seus níveis (Educação Básica e Ensino Superior) e suas modalidades (Educação Profissional, EJA, Educação Especial, Educação do Campo, a Distância e para os povos indígenas e quilombolas) dando ênfase a padrões de qualidade, valorização docente, inclusão, diversidade, Educação como Direito Humano, Gestão Democrática, Financiamento e Educação e Sustentabilidade, contando ao todo com 19 objetivos.

Abordar a importância da Conferência Nacional da Educação – CONAE 2024 e seu papel na construção e manutenção de um Sistema Nacional de Educação e os desafios para sua materialização.

Abordar a aprovação do Sistema Nacional de Educação – SNE por meio da Lei complementar nº 220/2025 e sua articulação com o PNE, se constituindo em elemento central para que o PNE possa lograr êxito em seus objetivos/metas e estratégias.

Questão 2

Hypolito (2021) no artigo “Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC” e Silva e Cruz (2021) com o artigo “Projetos em disputa na definição das políticas da formação de professores para a educação básica” discutem que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impôs um processo de padronização curricular em nível nacional, desencadeando a (re)elaboração de propostas curriculares para os cursos de formação inicial de professores. Esse contexto, acelerado pela experiência pandêmica, que consolidou o uso de tecnologias, o ensino remoto e o ensino híbrido, nos coloca desafios urgentes para os projetos formativos na atualidade.

Diante do contexto de padronização curricular da BNCC e avanço da plataformaização da educação análise e discorra sobre os desafios postos à formação inicial de professores considerando ainda os aspectos listados abaixo:

1. O duplo efeito da BNCC, que pode tanto instrumentalizar a prática docente quanto abrir espaços para uma atuação crítica.
2. A ambivalência do legado tecnológico pós-pandemia, que intensifica a lógica instrumental, mas também oferece ferramentas para propostas pedagógicas alternativas.
3. Os princípios fundadores de um projeto de formação para o "professor intelectual transformador", capaz de superar esses dilemas e atuar na transformação da realidade social.

Referências:



SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da; CRUZ, Shirlei de Pereira da Silva. Projetos em disputa na definição das políticas da formação de professores para a educação básica. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 89–104, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8918. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/8918>. Acesso em: 8 nov. 2025.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 35–52, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8915. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/8915>. Acesso em: 8 nov. 2025.

CHAVE DE CORREÇÃO:

Espera-se que em sua resposta o candidato conclua que, diante da padronização e da tecnificação, a formação de professores precisa se reafirmar como um projeto político-pedagógico, e não apenas técnico, buscando a formação de profissionais que compreendam, seja em sua prática ou processo formativo, as políticas e tecnologias de forma crítica para, de fato, atuarem como agentes de transformação social no contexto escolar. Considerando ainda os 3 aspectos elencados para reflexão, destacamos abaixo alguns pontos possíveis de serem abordados na estrutura da resposta.

1. Análise de Conflito (Padronização x Autonomia):

- Riscos da Padronização: Citação de como a BNCC, ao definir competências e habilidades obrigatórias, pode levar a uma homogeneização do ensino, reduzindo o currículo a uma lista de conteúdos a "cumprir" e transformando o professor em um executor de protocolos (um "técnico").

- Brechas para a Crítica: Menção a como a BNCC traz, em sua fundamentação, termos como "protagonismo", "autonomia", "pensamento crítico" e "contextualização sociocultural", que podem ser usados como justificativa para projetos pedagógicos que contestam a mera reprodução de saberes. O candidato deve demonstrar que a BNCC é um campo de disputa, não uma determinação absoluta.

2. Impacto da Pandemia e Tecnologias (Aprofundamento Instrumental x Potenciais Críticos):

- Aprofundamento Instrumental: Associação entre a formação técnica (professor como executor) e o uso meramente instrumental da tecnologia, onde as ferramentas digitais servem apenas para repassar conteúdo de forma remota, monitorar desempenho via dados (datificação) e consolidar um modelo de ensino híbrido focado na eficiência, e não na crítica.

- Potenciais para a Crítica: Apresentação de como as mesmas tecnologias podem ser usadas para:

- Produção colaborativa de conhecimento.
- Acesso a diversidade de fontes e culturas.
- Criação de projetos que conectem a escola com problemas reais da comunidade (usando ferramentas de mapeamento, produção de vídeos, etc.).
- Desenvolvimento da criticidade midiática e digital dos alunos.

3. Pilares de um Projeto Formativo Transformador:

- Base Teórico-Crítica: Defesa de uma formação fundamentada em teorias críticas da educação (como pensadores como Paulo Freire), que discuta a função social da escola e as relações de poder no currículo.

- Autonomia Intelectual: Formação que privilegie a pesquisa, a reflexão sobre a prática e a capacidade do professor (re)elaborar o currículo em seu contexto, usando a BNCC como referência, e não como camisa-de-força.

- Uso Crítico das Tecnologias: Inclusão, na formação, de disciplinas ou eixos que não ensinam apenas como usar as ferramentas, mas para que e em favor de quem usá-las, promovendo uma leitura crítica das mídias digitais.



- Compromisso Social: Articulação constante entre os saberes disciplinares e as questões sociais, étnico-raciais, de gênero e ambientais, formando um professor capaz de ler o mundo e auxiliar os alunos nessa leitura.

Questão 3

“A agenda ambiental não pode mais ser secundária em nosso ideário, nossos programas de formação da juventude, na atuação política das lideranças populares e nas lutas por políticas públicas. O enfrentamento das graves questões ambientais precisa reconhecer e fortalecer nossas experiências exitosas, a exemplo da Educação Ambiental, das práticas agroecológicas, dos conhecimentos e práticas dos povos originários, para assim fazer avançar políticas públicas intersetoriais de educação em todos os níveis, etapas e modalidades, parametrizadas e dirigidas ao desenvolvimento de programas para uma Educação voltada à sustentabilidade.” (Marques, 2024)

Considerando o fragmento acima e o debate proposto pelo mesmo autor no texto "Educação e Sustentabilidade: um tema (quase) relevante na CONAE 2024", discuta os principais obstáculos sociais e políticos que dificultam a incorporação efetiva da temática socioambiental nas políticas educacionais, especialmente no âmbito do PNE 2024-2034.

Referência:

MARQUES, C. A. Educação e Sustentabilidade: um tema (quase) relevante na Conae 2024. Retratos da Escola, [S. l.], v. 18, n. 41, 2024. DOI: 10.22420/rde.v18i41.2062. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2062>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CHAVE DE CORREÇÃO:

Espera-se que o candidato em sua resposta trabalhe e compreenda de forma crítica alguns dos seguintes pontos abaixo, relacionando-os aos obstáculos sociais e políticos:

- Aversão à perda: Preferência por evitar perdas econômicas imediatas em detrimento de mudanças estruturais necessárias para a sustentabilidade.
- Habituação: Adaptação gradual a crises ambientais, reduzindo a percepção de urgência.
- Dissociação entre causas estruturais e pontuais: Dificuldade em relacionar problemas ambientais com o modelo capitalista de produção e consumo.
- Influência do Estado-Corporação: Aliança entre Estado e corporações que prioriza interesses econômicos em detrimento da preservação ambiental.
- Falta de engajamento político e educacional: Baixa participação em debates sobre sustentabilidade, como observado na Plenária do Eixo VII da CONAE/2024.

Comissão Avaliadora do Certame